

DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672539885>

Recebido em: 06/09/2019. Aprovação final em: 20/11/2020.

DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.*INEQUALITIES OF OPPORTUNITIES IN HIGHER EDUCATION: A CASE STUDY OF STUDENTS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PERNAMBUCO.**INÉGALITÉS D'OPPORTUNITÉS DANS L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR: ÉTUDE DE CAS D'ÉTUDIANTS DE L'UNIVERSITÉ FÉDÉRALE DE PERNAMBOUC.**DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: UN ESTUDIO DE CASO DE LOS ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PERNAMBUCO.*

Clara de Lima Hordonho*

<http://orcid.org/0000-0002-6708-3491>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar os efeitos do *background* social no processo de escolha de cursos superiores entre estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, com enfoque nos cotistas matriculados em 2017, mediante o uso de um modelo de regressão linear múltipla. Com o uso do *International Socio-Economic Index of Occupational Status* (ISEI), uma escala métrica internacional que mede status de ocupações, determinadas variáveis do *background* social do aluno foram testadas, tendo em vista as desigualdades de oportunidades educacionais (DOE) apontadas por Carlos Antonio Ribeiro e Sérgio Costa Ribeiro, com o intuito de se analisar uma possível desigualdade no processo de escolha de cursos entre os estudantes. Como resultados, apontam-se o sexo dos estudantes, as notas no Enem e a modalidade de concorrência como as características mais impactantes na escolha de cursos de maiores ou menores status.

Palavras-chave: desigualdade de oportunidades educacionais; cotistas; *background* social; cursos superiores; status.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil; e-mail: clarahordonho@hotmail.com

ABSTRACT: *This study aims to investigate the effects of the social background in the process of choosing higher courses among students of the Federal University of Pernambuco, focusing on the cotistas enrolled in 2017, through the use of a multiple linear regression model. With the use of the International Socio-Economic Index of Occupational Status (ISEI), an international metric scale that measures occupational status, certain variables of the student's social background were tested, given the inequalities of educational opportunities (DOE) pointed out by Carlos Antonio Ribeiro and Sérgio Costa Ribeiro, in order to analyze a possible inequality in the course selection process among students. As results, we point out the gender of the students, the notes in the Enem and the modality of competition as the most striking characteristics in the choice of courses of higher or lower status.*

Keywords: *inequality of educational opportunities; cotistas; social background; higher education courses; status.*

RÉSUMÉ: *Cette étude vise à étudier les effets du contexte social dans le processus de choix de l'enseignement supérieur parmi les étudiants de l'Université fédérale de Pernambuco, en se concentrant sur les étudiants inscrits en 2017, à l'aide d'un modèle de régression linéaire multiple. En utilisant l'indicateur socioéconomique international du statut professionnel (ISEI), une échelle métrique internationale qui mesure le statut professionnel, certaines variables du contexte social de l'élève ont été testées pour déterminer les inégalités dans les opportunités en matière d'éducation (DOE) soulignées par Carlos. Antonio Ribeiro et Sérgio Costa Ribeiro, afin d'analyser une éventuelle inégalité dans le processus de choix des cours parmi les étudiants. Par conséquent, le sexe des élèves, les notes Enem et la modalité de compétition sont les caractéristiques les plus déterminantes lors du choix de cours de statut supérieur ou inférieur.*

Mots-clés: *inégalité des chances en matière d'éducation; détenteurs de quotas; contexte social; cours d'enseignement supérieur; statut.*

RESUMEN: *Este estudio tiene como objetivo investigar los efectos del background social en el proceso de selección de cursos superiores entre estudiantes de la Universidad Federal de Pernambuco, con enfoque en los cotistas matriculados en 2017, mediante el uso de un modelo de regresión lineal múltiple. Con el uso del International Socio-Economic Index del Estado de la Ocupación (ISEI), una escala métrica internacional que mide el status de ocupaciones, determinadas variables del fondo social del alumno fueron proba-*

das, teniendo en cuenta las desigualdades de oportunidades educativas (DOE) apuntadas por Carlos Antonio Ribeiro y Sérgio Costa Ribeiro, con el propósito de analizar una posible desigualdad en el proceso de elección de cursos entre los estudiantes. Como resultados, se apuntan el sexo de los estudiantes, las notas en el Enem y la modalidad de competencia como las características más impactantes en la elección de cursos de mayores o menores status.

***Palabras clave:** desigualdad de oportunidades educativas; cotistas; background social; cursos de educación superior; status.*

1 INTRODUÇÃO

A história do ensino superior do Brasil é marcada por desigualdades de acesso desde sua origem. Transições e importantes reformas possibilitaram sua expansão que, contudo, não eliminou disparidades. A adoção de políticas afirmativas e inclusivas no ensino superior reflete a necessidade do País de corrigir distorções históricas e estruturais que, sozinhas, nunca seriam ultrapassadas.

Essas desigualdades apontam que o perfil dos estudantes brasileiros de terceiro grau sempre foi majoritariamente branco e de classe média a alta, pois estes foram historicamente possuidores de maior capital cultural e econômico, que lhes possibilitava sair na frente nas oportunidades educacionais.

As desigualdades que perpassam a educação do Brasil, segundo Ribeiro (2009), são resultados direto da influência das características, recursos e condições dos pais, o que significa dizer que o sistema escolar depende da origem social dos alunos que por eles passam. A depender do grupo social a que o aluno pertence, portanto, ele terá diferentes resultados de transições e de acesso.

As desigualdades no ensino superior, entretanto, não estão atreladas apenas ao *ingresso* nesse nível de ensino, mas também ao *acesso a determinados cursos*, aspecto esse que será o enfoque nesta pesquisa. Existe uma forte pré-seleção social quando da inscrição no vestibular e ela, de certa forma, determina uma escala de prestígio/status social das carreiras (Ribeiro, 1981). No início da década de 70, o ensino superior brasileiro passou por extensas mudanças, tanto estruturais quanto internas, que tiveram como intuito a sua expansão,

a qual, segundo Ribeiro (1982), causou um desequilíbrio no sistema de ensino superior, o que provocou, por um mecanismo de compensação, uma reestruturação social elitizante entre as carreiras e instituições desse nível de ensino. Logo, essa expansão não provocou um processo de democratização do ensino superior no Brasil, uma vez que os mecanismos de desigualdade medeiam também o próprio processo de escolha de carreira profissional por parte do estudante.

Segundo Ribeiro (1982), quanto maior o prestígio social de uma carreira e instituição, tanto mais necessário um número mais elevado de pontos para a classificação, o que, por sua vez, está altamente associado a níveis socioeconômicos mais elevados. Nesse sentido, nas carreiras de baixo prestígio/status, os estudantes oriundos de estratos mais baixos tendem a concentrar-se, enquanto estudantes de camadas mais elevadas tendem a buscar carreiras mais valorizadas. Essa dinâmica apontada por Ribeiro (1982) foi também detectada e apontada por Jatobá (2012), que analisou os efeitos da política de cotas da Universidade de Pernambuco (UPE), no período de 2005 e de 2010, sendo constatada uma grande concentração de concorrentes com perfil de cotista em cursos considerados de baixo prestígio (licenciaturas em geral).

Tendo isso em vista, o objetivo dessa pesquisa é analisar se, e em que medida, tais tendências observadas nos cursos de ensino superior, apontadas, primeiramente, por Ribeiro na década de 80 e, posteriormente, por Jatobá, no início dos anos 2000, mantêm-se estáveis, adotando como recorte a UFPE no ano de 2017. Uma ressalva importante deve ser feita, contudo. Entre 1982 e 2010, período entre as análises de Ribeiro (1982) e Jatobá (2012), houve uma grande mudança institucional, que gerou consequências significativas na estrutura do ensino superior: a instituição da política de cotas.

Tendo vista a persistente desigualdade de oportunidades estudantis e o crescente debate acerca de ações afirmativas que pressionou por novos mecanismos de inclusão social, em agosto de 2012, foi editada a Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, segundo a qual as universidades e institutos federais devem reservar cinquenta por cento de suas vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessa porcentagem, outras cotas devem ser reservadas por critérios sociais e raciais.

Este estudo coloca-se, portanto, não apenas como uma análise de impactos de políticas públicas afirmativas, pois pretende também verificar se tendências observadas por Sérgio Ribeiro, na década de 80 e por Jatobá em 2007 e 2012, continuam presentes no sistema terciário de educação brasileira, principalmente depois da implementação da política de cotas em 2012. Sendo uma política relativamente nova, não tendo completado nem uma geração ainda, seus efeitos só agora começam a ser devidamente delineados. O foco da investigação serão os estudantes de graduação da UFPE, em todos os três campus, que realizaram matrícula no ano de 2017, com enfoque nos cotistas.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: DOE E DSPM

Segundo Ribeiro (2009), o fator crucial para a compreensão das desigualdades de oportunidades de um indivíduo, sejam educacionais ou não, é a análise das vantagens e desvantagens socioeconômicas transmitidas pelos pais ao longo da vida. Os indivíduos, além de nascerem com determinadas características, como cor e sexo, também nascem num contexto familiar e histórico específico, que pauta suas oportunidades durante sua trajetória social. Portanto, nascer numa família com menos recursos econômicos, por exemplo, marca um início de trajetória de vida desigual, já que os recursos socioeconômicos e hábitos culturais são desigualmente distribuídos entre as pessoas.

Quanto às oportunidades educacionais, o mesmo se aplica. O sistema educacional brasileiro é estratificado, o que quer dizer que esse sistema depende da origem social dos alunos que por ele passam. Essa seletividade nas oportunidades educacionais dos estudantes é resultado direto das desigualdades de oportunidades educacionais (DOE), que Ribeiro conceitua como o efeito “das características, condições e recursos dos pais sobre os resultados educacionais individuais” (Ribeiro, 2009, p.21).

Ele observa que essa desigualdade é persistente, ao analisar várias nações, sendo industriais avançadas ou mais recentes. Nelas, o efeito do *background* socioeconômico na determinação de oport-

tunidades educacionais persiste, a despeito das expansões educacionais ou intervenções políticas implementadas ao longo dos anos analisados, em diferentes coortes de nascimento.

Para explicar essa persistente desigualdade, Ribeiro aponta algumas teorias existentes sobre o tema, uma das quais a hipótese da “desigualdade sustentada ao ponto máximo” (DSM), formulada por Raftery e Hout, segundo a qual qualquer expansão do sistema educacional não dirigida às classes mais baixas, em realidade, dá oportunidade aos filhos de todos os grupos. Dessa forma, o ciclo de desigualdade perpetuar-se-ia, uma vez que indivíduos com *background* social mais expressivo estariam mais preparados para a apropriação dos conjuntos de novas oportunidades apresentadas. Na perspectiva desses autores, o acesso às oportunidades pelos grupos mais vulneráveis acaba ocorrendo apenas quando a classe média, por exemplo, não apresenta mais demandas relativas a tais oportunidades.

Aplicando essas teorias e conceitos ao ensino superior brasileiro, pode-se observar que a DOE reproduz dinâmicas assimétricas não apenas na dimensão externa, como na defasagem educacional, baixa renda, oportunidades limitadas, etc., mas também no ponto de vista individual. Segundo Ribeiro (1983), os processos de mediação que afetam as estratégias decisórias sobre qual carreira seguir também são influenciados por essa desigualdade baseada no *background* individual, ocorrendo, por exemplo, movimentos de autoexclusão na busca de certos cursos e carreiras e o uso de argumentos vocacionais para justificar escolhas menos prestigiosas. Existe, como foi dito, uma forte pré-seleção social quando da inscrição no vestibular e ela, de certa forma, determina uma escala de status social das carreiras.

Determinadas características individuais, como anos de escolarização, tipo de escola frequentada no ensino médio, escolaridade dos pais, entre outras, são decisórias não apenas na oportunidade dos indivíduos de acesso ao ensino superior e seu rendimento escolar, mas também afetam processos anteriores ao ingresso no nível superior, como a escolha do curso.

3 NEGROS E A POLÍTICA DE COTAS COMO ENFRENTAMENTO

No final da década de 90, apenas 1,8% dos jovens entre 18 e 24 anos que se declaravam negros haviam frequentado ou frequentavam uma universidade². Mais recentemente, o percentual de pretos e pardos que concluíram a graduação cresceu de 2,2%, em 2000, para 9,3% em 2017³.

Essas mudanças refletem os impactos diretos de políticas de ação afirmativa, em especial a política de cotas, que foi institucionalizada, em âmbito nacional, apenas em 2012⁴, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, por unanimidade, que as cotas raciais são constitucionais e necessárias para corrigir o histórico racista e escravocrata do Brasil.

A política de cotas surgiu como resposta à profunda politização da temática racial no contexto brasileiro, que antes era compreendida dentro da perspectiva cultural de constituição do País, como elemento de mestiçagem. Com os novos dados e indicadores socioeconômicos divulgados por pesquisadores brasileiros⁵, os movimentos sociais negros foram fortalecidos em suas demandas políticas e nas suas reivindicações por políticas inclusivas, já que tais indicadores apresentavam a população negra brasileira em profunda desvantagem (Jatobá, 2016).

A política de cotas foi necessária, além do mais, porque apenas a expansão de forma geral do ensino superior brasileiro não foi suficiente para garantir o acesso aos negros e pardos. Isso porque, como foi dito, qualquer expansão do sistema educacional não dirigida aos grupos mais vulneráveis, em realidade, dá oportunidade aos filhos de todos os grupos, reproduzindo e perpetuando, assim, as dinâmicas de desigualdades de oportunidades educacionais. Logo, a

2 Disponível em < <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,n-de-jovens-negros-na-universidade-quadruplica-mas-91-ainda-estao-para-imp-946579>>. Acesso em: 16. Ago. 2018.

3 Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em: 18. out. 2018.

4 A Lei de Cotas foi institucionalizada pela Lei nº 12.711, de 2012, segundo a qual universidades e institutos federais devem reservar metade de suas vagas para estudantes de escolas públicas e, dentro dessa porcentagem, outras cotas devem ser reservadas por critérios sociais e raciais. A lei foi aplicada de forma gradual e progressiva ao longo de quatro anos.

5 Trabalhos como o de Henriques (2001), Hasenbalg (2005) e Valle Silva (2003).

política de cotas, em tese, foi implementada com a função de ser uma política específica para dar equidade entre os indivíduos, brancos e negros, ricos e pobres.

A expansão do ensino, seja primário ou superior, é uma das principais dimensões da democratização da educação, sendo esta o meio de assegurar a possibilidade de diferentes indivíduos, com diversos *backgrounds* sociais e características de origem, terem acesso a um bem público, no caso, a educação (Pereira, 2015). Contudo, passado o primeiro momento da expansão para todos, deve-se olhar para aqueles grupos sociais que não conseguiram se beneficiar das oportunidades oferecidas. Sem essa noção, a democratização do ensino superior nunca será realmente concretizada.

Partindo do princípio de que a política de cotas, ainda recente, pode promover a equidade entre brancos e negros no acesso ao ensino superior, outra dinâmica deve ser observada: a da *escolha do curso*. A política de cotas teria atuado, e estaria atuando, para a equidade de acesso a todos os cursos? Esse é o principal questionamento deste estudo. Segundo Jatobá (2012), a política de cotas não foi suficiente para minar todas as dinâmicas assimétricas geradas pela DOE, de acordo com o resultado de sua pesquisa. Do ponto de vista das dinâmicas exteriores, como acesso à universidade, isso se dá em parte, mas as dinâmicas individuais, como a escolha de curso, são muito mais complexas para serem transformadas por políticas sociais que afetam apenas aspectos exteriores da estratificação social do Brasil.

Portanto, outra hipótese aqui aventada é que os estudantes cotistas, por terem características naturais e sociais específicas, como a raça e renda, são levados a optar por cursos de menor status. Defende-se que há um tipo de *background* específico e comum aos estudantes cotistas que desemboca em cursos de menor prestígio.

Como o pertencimento racial tem importância significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas no Brasil (Henriques, 2001), deve ser significativo também para a estruturação das oportunidades educacionais.

4 MEDIDA DE STATUS/PRESTÍGIO DOS CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

Afirmar que determinada carreira tem maior status/prestígio⁶ que outra, sem embasamento teórico e empírico, é apenas uma afirmação valorativa. Portanto, para analisar os cursos de maior status, e seus respectivos estudantes, no intuito de apontar uma possível desigualdade, utilizou-se uma escala que já existe, a *International Socio-Economic Index of Occupational Status* (ISEI), de Ganzeboom et al (1992, 1996).

Usando dados codificados comparativamente sobre educação, ocupação e renda para 73.901 homens empregados em período integral de 16 países, Ganzeboom usou uma escala, atribuindo pontuações a cada uma das 271 categorias de ocupação distintas, como uma maneira de maximizar o papel da ocupação como uma variável interveniente entre educação e renda. Essa escala foi construída como uma soma ponderada da educação média e da renda média dos grupos ocupacionais, algumas vezes corrigidas para a influência da idade.

Como foi dito, o objeto deste estudo são os estudantes cotistas da UFPE e a análise de possíveis desigualdades de acesso a determinados cursos. Para poder atribuir status a cada curso, hierarquizá-los, o ISEI foi utilizado. Esse índice atribui uma pontuação a cada ocupação, sendo esta entendida como o status dessa ocupação, medido de maneira contínua. Como o objeto de estudo é o curso do estudante e não sua futura ocupação, foi necessária uma aproximação. O curso do estudante, então, foi utilizado como uma variável *proxy*⁷ de ocupação, atribuindo-se os pontos da escala ISEI a ela. Dessa forma, os status dos cursos foram obtidos a partir da equivalência entre ocupação e curso. Os escores padronizados de status foram aplicados caso a caso, com a utilização das tabelas de referência desenvolvidas para tal finalidade, emparelhando cursos e áreas profissionais com suas categorias ocupacionais equivalentes, a partir da

⁶ Status e prestígio não representam a mesma coisa, apesar de estarem altamente correlacionados. Prestígio é a aprovação e o respeito que os membros da sociedade dão aos ocupantes das ocupações como recompensas por seus serviços valiosos para a sociedade. Status, por sua vez, mede os atributos de ocupações que convertem o recurso principal de uma pessoa (educação) em uma recompensa principal (renda).

⁷ Variáveis *proxys* são as que não são diretamente relevantes por si só, mas que atuam no lugar de uma variável não observável ou não mensurável para descobrir um resultado provável.

International Standard Classification of Occupations (ISCO) 2008, da Organização Mundial do Trabalho, um grande catálogo internacional comparativo de ocupações.

Levando em consideração a história do ensino superior do Brasil e sua aparente estratificação e hierarquia por cursos e carreiras, aspectos específicos do *background* social dos estudantes foram analisados, de acordo com embasamento teórico, com vistas a descobrir quais pesam mais no processo de escolha de curso de cada estudante.

5 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O método escolhido foi o quantitativo, com o aporte de análise multivariada, mais especificamente a técnica de regressão linear múltipla, utilizando o *software* estatístico SPSS para o processamento de dados. Optou-se pela análise multivariada porque se pretende medir simultaneamente o efeito de muitas variáveis num determinado fenômeno observado, a saber, os efeitos de características socioculturais dos estudantes sobre a escolha do curso (cursos de menor ou maior status). Dessa forma, apenas análises bivariadas não dariam conta do objetivo proposto.

A técnica específica da regressão linear múltipla foi a escolhida, dentre as várias outras técnicas multivariadas, porque o status do curso está sendo medido através do *International Socio-Economic Index of Occupational Status (ISEI)*. Essa escala, como foi dito, tem uma abordagem contínua e unidimensional à estratificação ocupacional, ou seja, ela mede status através de valores numéricos diferentes para cada título ocupacional e não por estratos categóricos. Assim, uma técnica de análise de dados multivariados com uma variável de saída numérica teria que ser escolhida, sendo a regressão linear múltipla a mais adequada.

Com a análise desses dados, buscou-se testar as hipóteses defendidas neste estudo. A principal defende que o *background* socio-cultural do estudante, proveniente do contexto familiar e histórico específico em que eles estão inseridos, pauta sua escolha de curso (Ribeiro, 2009). Por desdobramento, testou-se a segunda hipótese, a saber, a de que os cotistas, por terem um *background* social específico, concentrar-se-iam nos cursos de menor status.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Análises descritivas: cotistas e não cotistas

Tendo como recorte de pesquisa os estudantes da UFPE do ano de 2017, o banco de dados utilizado, produzido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) a pedido da Pró-Reitoria de Planejamento da UFPE (Proplan/UFPE), é composto por informações socioeconômicas de todos os estudantes matriculados nessa universidade em 2017, nos três campus (Recife, Vitória, Agreste) e em todos os cursos. O banco possui 6.349 casos e 57 variáveis originais, fora as recodificadas para a adequação das análises. Poucos erros e incongruências foram encontrados, sendo assim fácil seu manuseio.

Como o objeto desta pesquisa refere-se aos estudantes cotistas da UFPE, uma análise mais detalhada deles é necessária. A análise de suas características, no entanto, só faz sentido a título comparativo, delineando as possíveis especificidades sociais desse grupo de estudantes.

Num primeiro momento, não se nota muita diferença entre esses dois grupos de estudantes. Tanto cotistas (todas as modalidades de cota) como não cotistas são distribuídos de forma homogênea quanto ao sexo: **52,4%** dos cotistas são do sexo masculino e **47,6%**, do feminino, enquanto **50%** dos não cotistas são do sexo masculino e **50%**, do feminino. Observa-se uma pequena diferença de **2,4%** a mais do percentual masculino para os cotistas, conforme a Tabela 1. Entre os cotistas, a raça/cor mais comum é a parda, englobando **60,5%** desse grupo de estudantes. Já entre os não cotistas, a raça/cor com maior percentual é a branca, contemplando **56,6%**, conforme Tabela 2 e Gráficos 1 e 2 abaixo. Tanto cotistas como não cotistas são, em sua maioria, solteiros (93% e 94,2%, respectivamente), sendo o segundo estado civil mais representativo o de “Casado (a)”, englobando **5%** de cotistas e **4,1%** de não cotistas. Uma pequena diferença de **0,9%** a mais para os cotistas casados é percebida, segundo a Tabela 3.

Tabela 1 - Estudantes cotistas e não cotistas por sexo UFPE - 2017

Cotista?		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Sim	Contagem	1636	1489	3125
	%	52,4%	47,6%	100,0%
Não	Contagem	1611	1613	3224
	%	50,0%	50,0%	100,0%
Total	Contagem	3247	3102	6349
	%	51,1%	48,9%	100,0%

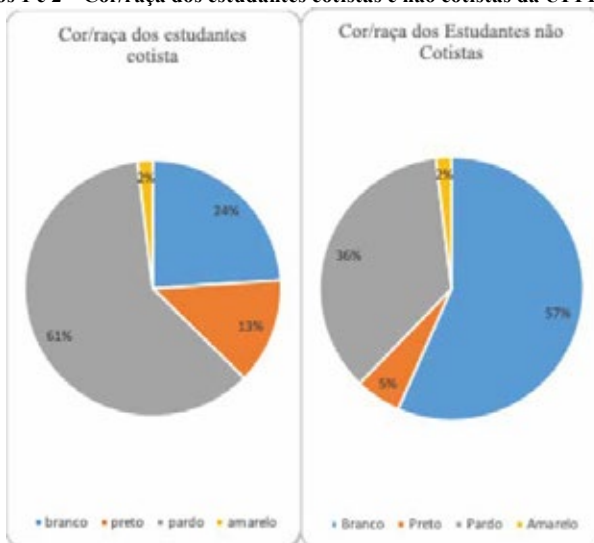
Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 2- Cor/raça dos estudantes cotistas e não cotista da UFPE - 2017

Cotista?		Cor/Raça					Total
		Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	
Sim	Contagem	688	382	1740	54	12	2876
	%	23,9%	13,3%	60,5%	1,9%	,4%	100,0%
Não	Contagem	1575	157	996	53	2	2783
	%	56,6%	5,6%	35,8%	1,9%	,1%	100,0%
Total	Contagem	2263	539	2736	107	14	5659
	%	40,0%	9,5%	48,3%	1,9%	,2%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Gráficos 1 e 2 – Cor/raça dos estudantes cotistas e não cotistas da UFPE - 2017



Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018)

Tabela 3 - Estudantes cotistas e não cotistas por estado civil UFPE - 2017

Cotista?		Estado Civil						Total
		Ca-sado(a)	Divor-ciado(a)	Separado Judicial-mente	Soltei-ro(a)	Viúvo(a)	N/R	
Sim	Conta-gem	155	18	5	2905	0	42	3125
	%	5,0%	,6%	,2%	93,0%	0,0%	1,3%	100,0%
Não	Conta-gem	133	13	4	3038	1	35	3224
	%	4,1%	,4%	,1%	94,2%	,0%	1,1%	100,0%
Total	Conta-gem	288	31	9	5943	1	77	6349
	%	4,5%	,5%	,1%	93,6%	,0%	1,2%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Praticamente possuem a mesma média de idade, de aproximadamente 22 anos, segundo a Tabela 4, com desvios-padrões muito próximos, o que mostra semelhança na dispersão dos dados. No

entanto, ao se analisar a escolaridade dos pais, algumas diferenças são notadas. Entre os cotistas, o maior percentual de escolaridade da mãe está no Ensino Médio completo, **40,9%**, enquanto entre os não cotistas a escolaridade mais representativa das mães é o ensino superior completo, abarcando **44%** conforme Tabela 5. Logo, enquanto **44%** das mães dos não cotistas possuem ensino superior, apenas **17%** das mães dos cotistas possuem esse nível de ensino, como nos mostra o Gráfico 3.

Tabela 4 - Média da idade dos estudantes cotistas e não cotistas UFPE - 2017

Cotista	Média de Idade	Frequência	Desvio Padrão
Sim	21,85	3125	5,973
Não	21,71	3224	5,87
Total	21,78	6349	5,921

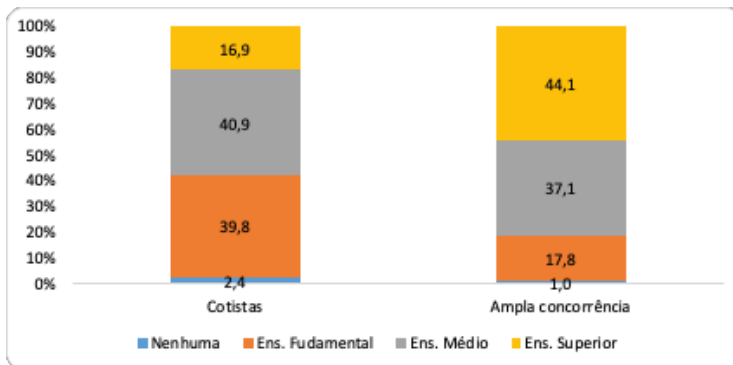
Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 5 - Estudantes cotistas e não cotistas por escolaridade da mãe UFPE - 2017

Cotista?		Escolaridade da Mãe							Total
		Nenhuma	Ensino Fund. Incompleto	Ensino Fund. Completo	Ensino Méd. Incompleto	Ensino Méd. Completo	Ensino Sup. Incompleto	Ensino Sup. Completo	
Sim	Contagem	49	762	189	205	1218	137	565	3125
	%	1,6%	24,4%	6,0%	6,6%	39,0%	4,4%	18,1%	100%
Não	Contagem	22	275	121	138	966	188	1514	3224
	%	0,7%	8,5%	3,8%	4,3%	30,0%	5,8%	47,0%	100%
Total	Contagem	71	1037	310	343	2184	325	2079	6349
	%	1,1%	16,3%	4,9%	5,4%	34,4%	5,1%	32,7%	100%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Gráfico 3 – Estudantes cotistas e não cotistas por escolaridade da Mãe UFPE - 2017



Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Os pais dos estudantes, da mesma forma, têm maiores percentuais de escolaridade no ensino médio completo, quando pais de cotista e no ensino superior completo, quando pais de não cotistas. Apenas **12,3%** dos pais de cotistas possuem ensino superior, enquanto **36,3%** dos pais de não cotistas possuem esse nível de ensino, conforme Tabela 6

Tabela 6 - Estudantes cotistas e não cotistas por escolaridade do pai UFPE - 2017

Cotista?		Escolaridade do Pai							Total
		Nenhuma	Ensino Fund. Incompleto	Ensino Fund. Completo	Ensino Méd. Incompleto	Ensino Méd. Completo	Ensino Sup. Incompleto	Ensino Sup. Completo	
Sim	Contagem	76	996	246	198	1081	144	384	3125
	%	2,4%	31,9%	7,9%	6,3%	34,6%	4,6%	12,3%	100,0%
Não	Contagem	32	433	141	154	1042	251	1171	3224
	%	1,0%	13,4%	4,4%	4,8%	32,3%	7,8%	36,3%	100,0%
Total	Contagem	108	1429	387	352	2123	395	1555	6349
	%	1,7%	22,5%	6,1%	5,5%	33,4%	6,2%	24,5%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Quanto à média de anos de estudo dos pais, tanto as mães quantos os pais de **não cotistas** possuem mais anos de estudo, como

mostram as Tabelas 7 e 8. As mães de não cotistas possuem, em média, **13** anos de estudo contra **10,5** anos de estudo das mães de cotistas. Os pais de não cotistas, por sua vez, têm **12,2** anos de estudo contra **9,5** anos dos pais de cotistas. Apenas **8,9%** dos estudantes não cotistas recebem bolsa-permanência na UFPE contra **23,3%** de estudantes cotistas, como nos mostra a Tabela 9. A bolsa-permanência é destinada apenas aos estudantes que possuem renda *per capita* familiar menor ou igual a 1,5 salário-mínimo e que não são bacharéis ou licenciados em algum outro curso superior de graduação.

Tabela 7 - Média de anos de escolaridade das mães dos estudantes cotistas e não cotistas UFPE - 2017

Cotista	Média	Contagem	Desvio Padrão
Sim	10,514	3125	4,1871
Não	13,097	3224	3,5725
Total	11,825	6349	4,0957

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 8 - Média de anos de escolaridade dos pais dos estudantes cotistas e não cotistas UFPE - 2017

Cotista	Média	Contagem	Desvio Padrão
Sim	9,570	3125	4,3051
Não	12,279	3224	3,9414
Total	10,946	6349	4,3408

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 9 - Estudantes cotistas ou não cotistas que recebem ou não bolsa-permanência UFPE - 2017

Cotista?		Bolsa permanência		Total
		Sim	Não	
Sim	Contagem	727	2398	3125
	%	23,3%	76,7%	100,0%
Não	Contagem	286	2938	3224
	%	8,9%	91,1%	100,0%
Total	Contagem	1013	5336	6349
	%	16,0%	84,0%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Na UFPE, **49,2%** dos estudantes são cotistas e **50,8%** são de concorrência livre. Por sua vez, desse percentual de cotistas, **16,2%** são da modalidade de cota social, racial e econômica, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Modalidade de concorrência dos estudantes da UFPE - 2017

Modalidade de concorrência	Frequência	Percentual
Ampla concorrência	3224	50,8
Cota social e econômica	551	8,7
Cota social, racial e econômica	1026	16,2
Cota social	533	8,4
Cota social e racial	1015	16,0
Total	6349	100

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Quanto ao status dos cursos dos estudantes, medido pela escala ISEI, observa-se que a média é de **67,20**, tendo em vista que o valor máximo do status dos cursos aqui medido é de **89**. O valor mínimo de status observado, por sua vez, é de **42**, segundo a Tabela 11. Recodificando o ISEI em faixas de “Baixo”, “Médio” e “Alto”, observa-se que há relativa homogeneidade entre os status dos cursos dos estudantes, com a faixa “Baixo” status do curso, contemplando a maioria dos estudantes, **38%**, segundo a Tabela 12. A faixa “Baixo” contempla os escores do ISEI de 42 a 63, a “Médio”, os escores 64 a 71 e a “Alto”, do 72 ao 89.

Tabela 11 - Estatística ISEI dos cursos

Média	67,20
Mediana	66,00
Moda	63
Desvio padrão	9,429
Minimum	42
Maximum	89

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 12 – Faixa de status dos cursos dos estudantes da UFPE - 2017

Faixa	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
Baixo	2415	38,0	38,0
Médio	1989	31,3	69,4
Alto	1945	30,6	100,0
Total	6349	100,0	

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Os cursos de menor status da UFPE são Enfermagem e Secretariado, ambos com pontuação de **42**. Os de maior, por sua vez, são Medicina, com **89**, Odontologia, com **86**, e Direito, com **81**. Os cursos com maiores status são aqueles que requerem maiores pontuações para seu acesso, visto que são os mais concorridos. Por isso, faz sentido que os estudantes que tiraram a faixa de nota mais alta nas provas de Natureza, Matemática, Humanidades e Linguagens sejam também os com maior média de status.

Comparando os status dos cursos dos estudantes cotistas e não cotistas, observa-se que, aparentemente, não há muita diferença, o que pode, a princípio, derrubar uma das hipóteses defendidas neste trabalho. Observando a Tabela 13, nota-se que os percentuais das faixas de status dos cursos distribuem-se de maneira quase idêntica entre cotistas e não cotistas. Ambos os grupos de estudantes têm maior percentual de status de curso na faixa “Baixo” e menor percentual na faixa “Alto”.

Tabela 13 - Estudantes cotistas e não cotistas por faixas de status dos cursos UFPE - 2017

Cotista?		Status dos cursos por faixas			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Sim	Contagem	1191	981	953	3125
	%	38,1%	31,4%	30,5%	100,0%
Não	Contagem	1224	1008	992	3224
	%	38,0%	31,3%	30,8%	100,0%
Total	Contagem	2415	1989	1945	6349
	%	38,0%	31,3%	30,6%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

As médias de status dos cursos também são praticamente iguais entre os cotistas e não cotistas, conforme a Tabela 14, de aproximadamente **67,20**, com desvios-padrões também quase idênticos. Quando observadas as médias dos diferentes tipos de cotas, conforme Tabela 15, observa-se que os estudantes de cota social e econômica são os que possuem menor média de status dos cursos, de **66,89**, e os cotistas sociais e raciais possuem maior média de status dos cursos, de **67,28**.

Logo, ao desagregar as diferentes modalidades de concorrência, observa-se que, na verdade, não são os estudantes da ampla concorrência que fazem parte dos cursos com maior status, mas sim os estudantes da modalidade de cota social e racial. A diferença é muito pequena, mas é um dado interessante, pois até agora este estudo baseava-se no pressuposto de que certas características sociais e naturais eram fatores determinantes na desigualdade de oportunidades educacionais, aqui analisada na desigualdade de acesso a cursos que culminariam em desigualdades de status dos cursos. Ora, a raça e a educação são as características que mais eram esperadas de observar como preponderantes na diminuição de status dos cursos, mas que, segundo a análise dos dados, não se comportaram da forma esperada. Contudo, é preciso considerar os limites dos dados aqui analisados, como será melhor aprofundado nas conclusões.

Tabela 14- Média de status dos cursos dos estudantes cotistas e não cotistas UFPE - 2017

Cotista	Média	Frequência	Desvio Padrão
Sim	67,19	3125	9,432
Não	67,20	3224	9,427
Total	67,20	6349	9,429

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

Tabela 15 - Média de status dos cursos dos estudantes por modalidade de concorrência UFPE - 2017

Modalidade de concorrência	Média	Frequência	Desvio Padrão
Ampla concorrência	67,20	3224	9,427
Cota social e econômica	66,89	551	9,497
Cota social, racial e econômica	67,23	1026	9,346
Cota social	67,24	533	9,582
Cota social e racial	67,28	1015	9,415
Total	67,20	6349	9,429

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

De acordo com as tabelas descritivas, os estudantes cotistas e não cotistas distribuem-se de maneira homogênea tanto nos cursos de menor status como nos de maior status. Essa análise pode, a princípio, derrubar as hipóteses deste estudo, já que não observamos uma desigualdade de escolha dos cursos entre estudantes cotistas e não cotistas da UFPE.

Observa-se, no entanto, que a tendência de desigualdade dos status dos cursos entre os sexos é mantida, mesmo entre cotistas e não cotistas: entre os estudantes do sexo masculino, o maior percentual é na faixa de status de curso “Alto”, **36,2%** entre os cotistas e **37,7%** entre não cotistas. Conforme vai aumentando o nível do status dos cursos, sobe também a porcentagem de homens representados e o inverso acontece com as mulheres, que diminuem sua representação conforme sobe o nível de status, conforme Tabela 16.

Tabela 16- Faixas de status dos cursos entre estudantes cotistas e não cotistas por sexo UFPE - 2017

Sexo	Cotista?		Status por faixas			Total
			Baixo	Médio	Alto	
Masculino	Sim	Contagem	496	547	593	1636
		%	30,3%	33,4%	36,2%	100,0%
	Não	Contagem	465	538	608	1611
		%	28,9%	33,4%	37,7%	100,0%
	Total	Contagem	961	1085	1201	3247
		%	29,6%	33,4%	37,0%	100,0%
Feminino	Sim	Contagem	695	434	360	1489
		%	46,7%	29,1%	24,2%	100,0%
	Não	Contagem	759	470	384	1613
		%	47,1%	29,1%	23,8%	100,0%
	Total	Contagem	1454	904	744	3102
		%	46,9%	29,1%	24,0%	100,0%
Total	Sim	Contagem	1191	981	953	3125
		%	38,1%	31,4%	30,5%	100,0%
	Não	Contagem	1224	1008	992	3224
		%	38,0%	31,3%	30,8%	100,0%
	Total	Contagem	2415	1989	1945	6349
		%	38,0%	31,3%	30,6%	100,0%

Fonte: Proplan/UFPE - Elaboração própria (2018).

6.2 Modelo de Regressão.

Partindo dos pressupostos teóricos (Ribeiro, 2009; Ribeiro, 1982) de que as oportunidades educacionais são diretamente influenciadas pelo *background* sociocultural dos estudantes e dos recursos e características que eles herdam dos pais, propõem-se investigar os efeitos do *background* social no processo de escolha de cursos de maior ou menor status entre os estudantes.

Certas variáveis que indicam as características sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as dos pais, foram escolhidas como possíveis parâmetros do modelo de regressão. Variáveis quan-

titativas que caracterizam *background* social, no entanto, não são fáceis de serem construídas e muito menos analisadas, já que reduzir um fenômeno social e cultural complexo a números sempre leva a escolhas e perdas. Além do mais, o banco de dados trabalhado, dos estudantes matriculados na UFPE em 2017, carecia de informações desse nível. Tendo isso em vista, foi possível trabalhar apenas com as seguintes variáveis:

- Sexo
- Raça/cor
- Tipo de ensino médio dos estudantes
- Escolaridade dos pais (anos de estudo)
- Modalidade de concorrência
- Nota do Enem
- Bolsa-Permanência

Modelo:

Tabela 17 – Resumo do Modelo^a

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	0,500 ^a	0,25	0,249	8,173

a: Preditores: (Constant), Cota social, econômica e racial; Ampla concorrência; Sexo, Linguagem nota, Redação Nota, Matemática nota, Humanidades nota, Natureza nota

Tabela 18 – Coeficientes^a

Modelo 1	Coeficientes não padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Sig.
	B	Erro Padrão	Beta		
(Constante)	19,906	1,489		13,373	0,000
Sexo	1,575	0,222	0,084	7,177	0,000
Linguagem nota	-0,003	0,003	-0,015	-1,085	0,278
Humanidades nota	0,018	0,003	0,099	6,493	0,000
Natureza nota	0,035	0,002	0,258	16,705	0,000
Matemática nota	0,017	0,001	0,217	14,72	0,000
Redação Nota	0,009	0,001	0,112	9,418	0,000
Ampla concorrência	-2,353	0,237	-0,125	-9,932	0,000
Cota social, econômica e racial	0,894	0,313	0,035	2,859	0,004

a: Variável Dependente: ISEI

O modelo que melhor explica a variação de status dos cursos dos estudantes foi este acima. Com R quadrado de 0,250, ele explica 25% da variação, conforme Tabela 17. Quanto às variáveis preditoras, foram usadas sexo, notas do Enem por matéria e modalidades de concorrência: ampla concorrência e cota social, econômica e racial. As outras variáveis escolhidas como possíveis parâmetros, como cor/raça e escolaridades dos pais, apesar de estarem correlacionadas com o status dos cursos dos estudantes, não apresentam causalidade estatística, dessa forma, não servindo para o modelo.

Fazendo a leitura dos coeficientes da Tabela 18, observa-se que quando os estudantes são do sexo masculino, o status do seu curso varia 1,575 positivamente; o que nos mostra o quanto a questão de gênero ainda é crucial nas desigualdades sociais, nesse caso, estudantes. Em relação às variáveis preditoras notas no Enem, observa-se que seus coeficientes são baixos, ou seja, para cada ponto a mais nas notas, o status dos cursos varia pouco, menos de 1 score.

Os coeficientes que mais chamaram atenção, no entanto, fo-

ram os de modalidade de concorrência. Segundo o modelo, quando o estudante não é cotista, ou seja, ampla concorrência, o status de seu curso diminui 2,353 scores e quando o estudante é da modalidade de cota social, racial e econômica o status aumenta 0,894 scores. Esse resultado é contrário à hipótese aqui defendida de que os cotistas concentrar-se-iam em cursos de baixos status, o que requer uma investigação mais aprofundada.

7 CONCLUSÕES

Com a análise do modelo de regressão, algumas constatações puderam ser feitas sobre as hipóteses defendidas. Primeiro, o *background* social dos estudantes, na medida das possibilidades do banco de dados, realmente impacta, de alguma forma, na escolha de cursos de maior ou menor status/prestígio. De acordo com o modelo, as variáveis preditoras utilizadas, entendidas como parte do *background* social dos estudantes, explicam 25% da variação de status. As variáveis com maior poder preditor, por sua vez, foram as notas do Enem, o que é compreensível, visto que os cursos de maior status usualmente são aqueles que requerem maiores pontuações nas provas do vestibular. O interessante foi que o peso da nota das Ciências da Natureza foi o maior na variação positiva de status. Sexo foi outra variável que se destacou como preditora no modelo, mostrando que características individuais naturais ainda pesam muito nas desigualdades de oportunidades sociais.

Com a análise das últimas variáveis preditoras do modelo, as de modalidade de entrada, a segunda hipótese deste estudo, a de que os cotistas concentrar-se-iam em cursos de baixo status, foi contrariada. Segundo o modelo, ser da ampla concorrência diminui o status do curso escolhido pelo estudante e não o contrário. Pela hipótese defendida, quanto maior o status de determinada carreira/curso, maior é o número de pontos necessários para a classificação, o que, para Ribeiro (1982), está altamente associado a níveis socioeconômicos mais elevados. A suposta desigualdade de status dos cursos entre os cotistas seria justificada, também, pelo fato de que os estudantes optam por uma carreira determinada, entre aquelas

compatíveis com seu nível socioeconômico e cultural. Esse aspecto da escolha não é feito de forma consciente, segundo Ribeiro (1981).

Como os cotistas possuem vagas reservadas, o primeiro aspecto da explicação de Ribeiro (1982) não se aplica. O segundo aspecto, entretanto, é essencial. Acreditava-se que os estudantes cotistas conformariam suas escolhas profissionais às estratégias educacionais que implicam ocupações de menor status ocupacional, o que não foi observado no modelo. Porém, para melhor compreender o resultado, seria necessária uma investigação mais acurada do nível socioeconômico e cultural do estudante, o que é limitado neste estudo, visto que os dados utilizados são secundários e carece de variáveis desse tipo. As variáveis utilizadas no modelo, compreendidas como representantes do *background* social do estudante, podem também não ser totalmente adequadas e nem suficientemente exaustivas.

Poder-se-ia, é verdade, estar observando uma mudança nas tendências anotadas por Ribeiro e por Jatobá, e os cotistas estarem realmente ultrapassando seu nível social e empoderando-se quanto a carreiras mais almeçadas. As cotas podem ter sido uma política afirmativa que conseguiu dizimar as desigualdades de ingresso e também de acesso a cursos e carreiras superiores, mas não se pode afirmar com certeza sem uma melhor investigação das características dos estudantes cotistas. A escala utilizada para medir os status dos cursos, a ISEI, também pode não ter sido a mais adequada para a realidade brasileira e da UFPE, podendo ter atribuído scores maiores em carreiras que não deveriam.

Estas conclusões apontam para a necessidade de maior investigação do problema de pesquisa, com instrumental mais adequado e dados mais robustos. Novas variáveis explicativas precisam ser acrescentadas, como renda, ocupação dos pais e outros elementos que não estão disponíveis. Da mesma forma, também seria importante uma análise com mais períodos, para além dos ingressantes de 2017, permitindo uma série histórica comparativa. Contudo, os resultados foram importantes para pôr em xeque a ideia de que cotistas, estudantes em geral com nível social e econômico mais baixos, escolheriam cursos do mesmo nível como regra e que o contrário fosse a exceção. Isso pode ser o primeiro passo para uma análise

mais profunda das tendências de escolha desse grupo social. Os resultados, portanto, devem ser compreendidos como uma abertura para novas frentes analíticas e a revisão de instrumentos metodológicos.

REFERÊNCIAS

- BREEN, R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. In: OLIN-WRIGHT, E. (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRITO, M. A. M. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cad. Pesqui.*, vol. 47, n. 163, p. 224 – 263, Jan./Mar. 2017.
- GANZEBOOM, H.B.G; De GRAAF, P.M; TREIMAN, D.J. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. *Social Science Research*, 21, p. 1-56, 1992.
- GANZEBOOM, H.B.G; TREIMAN, D.J. Internationally Comparable Measures of Occupational Status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. *Social Science Research*, 25, p. 201-239, 1996.
- GUERRINE, D.; PICONI, L.; STURION, L.; MATA, Ednei. Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o câmpus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). *Rev. bras. Estud. Pedagog.*, v. 99, n. 251, p. 17-36, jan./abr. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise de Condições de Vida da População Brasileira. *Estudos e Pesquisa Informação demográfica* n. 36. Rio de Janeiro 2016.
- JATOBÁ, F. *Classe, Raça e Ação Afirmativa: A Política de Inclusão Social numa Universidade Pública de Pernambuco*. 2012.Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ações Afirmativas e Raça No Brasil: dinâmicas na trajetória de institucionalização da temática. *Estudos de Sociologia (UFPE)*, v. 1, p. 291-330, 2016

Desigualdades de oportunidades no ensino superior: um estudo de caso dos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco.

- LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica 2003.
- MARTINS, Z.; BASTHI, A.; JULIE, R.; MOURA, A.; MICHELLE, L. Do racismo epistêmico às cotas raciais: a demanda por abertura na universidade. *Revista ECO- Pós (UFRJ)*, v. 21, n. 3, p. 122 – 145, 2018
- PEREIRA, O. A. V. *Desigualdade de Oportunidades Educacionais no Brasil: o caso do Ensino Superior*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- RIBEIRO, C. A. C. *Desigualdade de Oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 21-70.
- _____. *Estrutura de Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil*. Edusc- ANPOCS, Baurú-São Paulo, 2007.
- RIBEIRO, S. C. A Divisão Interna da Universidade: posição social das carreiras. *Educação e Seleção*, São Paulo, n. 5, 1982.
- _____. Quem vai para a Universidade. *Ciência hoje*, ano 1, n.4, jan/fev, 1983.
- _____. Mecanismos da Escolha da Carreira e Estrutura Social da Universidade. *Educação e Seleção*, n. 3, 1981.
- _____. O Vestibular 1988: Seleção ou exclusão? *Educação e Seleção*, São Paulo, n.18, jul/dez, 1988.
- SILVA, N. V. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longa da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 105-147.
- SOUZA, P. R. C. A Reforma Universitária de 1968 e a Expansão do Ensino Superior Federal Brasileiro: Algumas Ressonâncias. *Cadernos de História da Educação*, Itumbiara-Goiás, n. 7, jan./dez, 2008.